

Prezados associados,

Atendendo a disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar, para a apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

São Paulo, 12 de abril de 2018

A Diretoria

CNPJ 62.500.855/0001-39

BALANÇO PATRIMONIAL – EM MILHARES DE REAIS

Ativo			Passivo		
Circulante	2017	2016	Circulante	2017	2016
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4)	2.636	3.038	Fornecedores	3.600	2.607
Aplicações financeiras (Nota 5)	74.449	73.627	Salários e contribuições sociais (Nota 9)	5.222	5.971
Contribuições associativas a receber	931	868	Adiantamentos de associados (Nota 10)	4.763	5.835
Contas a receber de clientes e outros recebíveis (Nota 6)	4.095	1.561	Outros passivos	1.385	1.313
Outros ativos	842	625			
Total do ativo circulante	82.953	79.719	Total do passivo circulante	14.970	15.726
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisões (Nota 11)	1.003	419
Outros ativos	28	28	Imobilizado recebido em doação	122	164
Imobilizado (Nota 7)	15.723	16.399	Total do passivo não circulante	1.125	583
Intangível (Nota 8)	9.013	5.018	Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	24.764	21.445	Patrimônio social (Nota 12)	79.329	68.641
Total do ativo	107.717	101.164	Ajustes de avaliação patrimonial	5.526	5.526
			Superávit do exercício	6.767	10.688
			Total do patrimônio líquido	91.622	84.855
			Total do passivo e do patrimônio líquido	107.717	101.164

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 – EM MILHARES DE REAIS

2017		2016		2017		2016	
Receitas operacionais			Despesas operacionais			Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	
Contribuições associativas	64.141	67.095	Gerais e administrativas (Nota 14)	(68.145)	(71.852)	(1.114)	2.700
Cursos e eventos	4.103	4.536	Depreciações e amortizações	(2.207)	(2.241)	Receitas financeiras	9.088
Outras receitas	4.818	6.475	Outras despesas	(3.824)	(1.313)	Despesas financeiras	(1.207)
				(74.176)	(75.406)	Resultado financeiro líquido (Nota 15)	7.881
(Nota 13)	73.062	78.106				Superávit do exercício	6.767
							10.688

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 – EM MILHARES DE REAIS

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	6.767	10.688
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	2.207	2.241
Alteração de valor justo de propriedades para investimento	-	-
Rendimento líquido de aplicações financeiras	(7.444)	(8.462)
Provisões de ISS	584	(14)
Doações recebidas	(42)	(19)
	2.072	4.434
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos:		
Contribuições associativas a receber	(63)	(65)
Contas a receber	(2.534)	376
Pagamentos antecipados e outros ativos	(217)	(175)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	993	84
Salários e contribuições sociais e provisão de férias	(749)	394
Adiantamento de associados	(1.072)	(1.069)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Outros passivos	72	483
Imobilizado recebido em doação	-	(19)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.498)	4.443
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Venda de propriedade para investimento	-	3.241
Aplicações financeiras (investimentos em aplicações financeiras)		
Resgate de aplicações financeiras	6.622	(5.011)
Aquisição de imobilizado	(612)	(1.205)
Aquisição de intangíveis	(4.914)	(2.963)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	1.096	(5.938)
(Redução) aumento do caixa ou equivalentes de caixa	(402)	(1.495)
Demonstração de variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.038	4.533
No fim do exercício	2.636	3.038
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(402)	(1.495)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação dos Advogados de São Paulo (“AASP”, “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Advogados de São Paulo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes

de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evi-

dências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2018
KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/0-4
Tatiana Torres Santos Silva
Contadora CRC 1SP238548/O-8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

1. Objetivos sociais

A Associação dos Advogados de São Paulo (“AASP”), fundada em 30 de janeiro de 1943, é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo defender direitos, interesses e prerrogativas de seus associados, propugnar pela assistência e previdência social aos advogados, podendo criar serviços próprios ou estabelecer convênios, promover maior convívio entre os associados, incrementar a cultura das letras e dos assuntos jurídicos mediante debates, conferências, reuniões, cursos e congressos, oferecer aos associados serviços que facilitem o exercício da profissão, representar judicial e extrajudicialmente seus associados, impetrar, em favor de seus associados, mandados de segurança coletivos.

A AASP é uma entidade de fins não econômicos, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo-SP, constituída de advogados e estagiários inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, a AASP possuía 83.154 associados e 87.803 em 2016, entre advogados e estagiários.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Diretor em 20 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações finan-

ceiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo, como base de valor, o custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, dos quais podemos citar:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da AASP.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da AASP e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro está mencionada na nota explicativa nº 11 - Provisões.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas, incluindo os rendimentos financeiros, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício pelo regime contábil de competência do exercício.

b. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixas e bancos, assim como fornecedores, contas a pagar e outras dívidas.

A AASP não possui em aberto, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, transações com instrumentos financeiros derivativos.

(i) Ativos financeiros não derivativos

A AASP reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A AASP desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A AASP tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a AASP gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem as contas a receber e outros ativos.

(iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

(v) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo incluem aplicações financeiras e certificados de depósitos bancários, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

(vi) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

c. Ativos circulante e não circulante

Caixa e bancos

Compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Contribuições associativas a receber

As contribuições associativas a receber referem-se aos direitos a receber de associados por conta da prestação de serviços de compilação e informação sobre intimações judiciais publicadas nos Diários Oficiais do Estado e da União, além de outros serviços e produtos oferecidos. Uma provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a AASP não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a AASP e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Biblioteca	10 anos
Automóveis	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangíveis

As licenças (incluindo licenças de software) são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por impairment acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento de softwares, sistemas, ou plataformas de informações, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software ou sistemas identificáveis e exclusivos, controlados pela AASP, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software ou sistema para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software ou sistema e usá-lo ou vendê-lo.
- O software ou sistema pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software ou sistema gerarão benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software ou sistema.
- O gasto atribuível ao software ou sistema durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software ou sistema, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares ou sistemas reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os ativos do imobilizado com vida útil definida têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A administração da AASP não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, exceto pelo mencionado na nota explicativa nº 6.

g. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a AASP tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As provisões para contingências são constituídas por valor considerado suficiente à cobertura de perdas nos processos judiciais de acordo com o CPC 25, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

i. Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da AASP. A receita é apresentada líquida de cancelamentos, abatimentos e descontos.

A AASP reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- Critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da AASP, conforme descrição a seguir.

(i) Contribuições associativas

A receita de contribuições associativas é proveniente dos pagamentos efetuados pelos associados e é reconhecida *pro rata temporis* conforme o plano de associação contratado (anual, semestral, trimestral ou mensal).

j. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias e taxas de administradoras de cartões de débito/crédito.

k. Benefícios de curto prazo a empregados

A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída.

Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

l. Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber: não são registradas em valor presente, considerando que a AASP avaliou que eventuais ajustes não seriam materiais às demonstrações financeiras.
- Contas a pagar: o passivo circulante e não circulante não são registrados em valor presente, considerando que a AASP avaliou que eventuais ajustes não seriam materiais às demonstrações financeiras.

m. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual dos associados inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou a sua totalidade.

n. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido pela ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a AASP passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários dos membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a AASP haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

No exercício de 2017, a AASP registrou receitas e despesas, relacionadas aos trabalhos voluntários, apesar de não terem efeito relevante nas demonstrações financeiras, no valor de R\$ 315,00 (R\$ 291,00 em 2016).

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	2017	2016
Caixas e bancos	93	207
Aplicações financeiras	2.543	2.831
	2.636	3.038

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são constituídas conforme abaixo:

	2017	2016
Fundos de investimento	49.219	56.360
CDB	18.589	11.370
Debêntures	6.641	5.897
	74.449	73.627

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de investimentos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 102% e 106% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2017 e 2016. Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela AASP sem quaisquer descontos ou multa, exceto duas aplicações que demandam aviso prévio de até 180 dias.

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	2017	2016
Contas a receber	4.181	1.610
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(86)	(49)
	4.095	1.561

A composição dos contratos a receber por vencimento em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	2017	2016
A vencer	3.515	1.078
Vencidos		
De 0 até 30 dias	330	380
De 31 até 60 dias	110	99
De 61 até 90 dias	14	1
De 91 até 120 dias	18	0
De 121 até 365 dias	108	3
Há mais de 365 dias	86	49
	4.181	1.610

7. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Biblioteca	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Total do imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.606	10.096	1.357	39	687	249	547	132	16.713
Adição	-	-	86	161	350	20	189	418	1.224
Transferência	-	-	32	-	2	-	98	(132)	-
Depreciação	-	(720)	(266)	(52)	(159)	(43)	(48)	-	(1.288)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.606	9.375	1.213	168	660	216	743	418	16.399
Adição	-	-	578	-	34	-	-	-	612
Transferência	-	-	-	-	-	-	418	(418)	-
Depreciação	-	(720)	(266)	(52)	(159)	(43)	(48)	-	(1.288)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.306	8.655	1.525	116	535	173	1.113	-	15.723

8. Intangível

	Software	Projetos desenvolvidos internamente	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Total do intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2015	695	173	0	1.888	2.756
Aquisição	55	0	37	2.871	2.963
Transferência	180	705	0	(885)	0
Amortização	(442)	(257)	(2)	0	(701)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	488	621	35	3.874	5.018
Aquisição	1.530	0	14	3.370	4.914
Transferência	0	0	0	0	0
Amortização	(581)	(337)	(1)	0	(919)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.437	284	48	7.244	9.013

Os principais projetos em andamento são:

1. Projeto Gerenciador de Processos (R\$ 2.366) – desenvolvimento de sistema de gestão dos processos jurídicos para os associados com integração automática das intimações dos associados.
2. Projeto site (R\$ 2.306 em 2017 e R\$ 1.095 em 2016) – desenvolvimento de site integrado com os sistemas de venda de serviços disponibilizando aos associados o acesso para compra de serviços e as intimações.
3. Projeto sistema de contribuição (R\$ 1.115 em 2017 e R\$ 715 em 2016) – desenvolvimento de sistema de gerenciamento das contribuições associativas integrado com o sistema TOTVS/RM e demais sistemas próprios.
4. Projeto reimplantação ERP TOTVS/RM (R\$ 477 em 2017 e R\$ 477 em 2016) – reconfiguração e customização do sistema de gestão contábil, fiscal e financeiro.
5. Projeto Secretaria Eletrônica (R\$ 415 em 2017 e R\$ 415 em 2016) – sistema de controle no formato workflow sobre deliberações, busca de referências e tomadas de decisões da diretoria e/ou conselho da AASP;
6. Projeto Aplicativo móvel (R\$ 99 em 2017 e R\$ 99 em 2016) – desenvolvimento de aplicativo móvel para disponibilizar acesso aos serviços AASP para os associados.
7. Projeto Legados (R\$ 34 em 2017, R\$ 34 em 2016) – melhorias nos sistemas legados que controlam os serviços prestados aos associados.

9. Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Salários e encargos	2.743	2.152
Provisões para férias e encargos	2.479	3.819
	5.222	5.971

10. Adiantamentos de associados

Referem-se às antecipações de contribuições e cursos efetuadas pelos associados. As respectivas antecipações apresentadas abaixo foram na sua maior parte antecipadas no mês de novembro a

dezembro de 2017 e serão realizadas durante o exercício de 2018.

	2017	2016
Contribuições associativas	4.495	5.821
Cursos	268	14
	4.763	5.835

11. Provisões

Refere-se à provisão sobre o ISSQN eventualmente incidente sobre serviços de cópias reprográficas no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2017. A Associação efetuou o pedido de isenção junto à Prefeitura do Município de São Paulo e ainda aguarda resposta sobre o pedido.

	2017	2016
Em 1º de janeiro		
No resultado	419	433
Provisões adicionadas durante o ano	584	111
Valor baixado contra a provisão durante o ano	-	(125)
Em 31 de dezembro de 2016	1.003	419

A Associação também possui ações trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados como possível, no montante estimado de R\$ 547. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para fazer face ao eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessas questões.

12. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits e déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e que são incorporados ao patrimônio social durante o exercício social seguinte.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. Receitas

	2017	2016
Contribuições associativas	64.141	67.095
Cursos e eventos	4.103	4.536
Certificado digital	1.154	1.709
Cópias	458	666
Cópias de acórdãos	52	139
Outras receitas	3.154	3.961
	73.062	78.106

14. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Despesas com pessoal	48.412	46.439
Despesas com estrutura e manutenção	3.828	5.143
Postagens	3.214	3.838
Seguro de vida em grupo	2.631	2.439
Locação de equipamento e cópias	1.857	1.028
Despesas com materiais	1.351	1.673
Despesas com utilidades administrativas	1.285	1.152
Impressos e publicações	1.268	1.862
Despesas com cursos	1.060	1.421
Despesas com publicidade	892	2.912
Certificação digital	741	1.388
Outras despesas	2.831	2.557
	68.145	71.852

15. Receitas financeiras líquidas

	2017	2016
Receitas de juros sob aplicações	7.444	8.468
Outras receitas financeiras	1.644	977
Receitas financeiras	9.088	9.445
Taxas e tarifas bancárias	(1.201)	(1.457)
Outras despesas financeiras	(6)	-
Despesas financeiras	(1.207)	(1.457)
Receitas financeiras	7.881	7.988

16. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a AASP tinha instrumentos financeiros representados substancialmente por aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras são classificadas como valor justo por meio do resultado e sua hierarquia é de nível 2. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros em 31 de

dezembro de 2017 não diferem significativamente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A administração da AASP acredita que não há exposição de forma significativa a riscos advindos do uso de instrumentos financeiros tais como: risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional ou risco de taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a AASP não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

17. Renúncia fiscal

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) – contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) – pagamento integral das contribuições devidas.

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a AASP apresenta abaixo a relação de tributos objeto da renúncia fiscal:

Incidentes sobre a receita (ISS, 5%; PIS, 1,65%; e Cofins, 7,6%, – regime não cumulativo)

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL, 34%)

Administração da AASP

Marcelo Vieira von Adamek

Diretor presidente

Mário Oliveira da Costa

Diretor financeiro

Róger Augusto Fragata Tojeiro Morcelli

Superintendente

Vanda de Paula

Contadora CRC 1SP177721/O-2